

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE MATO GROSSO (AGER/MT)

CARGO 7: ANALISTA REGULADOR – PERFIL: ECONOMIA

Prova Discursiva – Questão 1

Aplicação: 30/4/2023

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Na hipótese de uma regulação econômica que fixe o preço do monopolista no seu custo médio, uma vantagem consiste em a estratégia gerar incentivos para que as empresas reduzam sua estrutura de custos, além de atribuir apenas aos consumidores, e não à toda a sociedade, o ônus de arcar com os custos de produção do monopolista, diferentemente do que ocorre quando se concedem subsídios ao produtor. Como desvantagem da estratégia, cabe destacar que a fixação do preço no nível em que esse se iguala ao custo médio obriga o regulador a determinar toda a estrutura de custos da indústria, o que torna a abordagem de difícil implementação.

CONCEITOS

Quesito 2.1

- 0 – Não abordou nenhuma vantagem nem desvantagem da estratégia de regulação mencionada.
- 1 – Mencionou apenas uma vantagem ou uma desvantagem, mas não a explicou ou o fez incorretamente.
- 2 – Explicou, corretamente, apenas uma vantagem ou uma desvantagem da estratégia de regulação mencionada.
- 3 – Explicou, corretamente, uma vantagem e uma desvantagem da estratégia de regulação mencionada.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE MATO GROSSO (AGER/MT)

CARGO 7: ANALISTA REGULADOR – PERFIL: ECONOMIA

Prova Discursiva – Questão 2

Aplicação: 30/4/2023

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Uma expansão nos gastos públicos resultante de uma política fiscal do governo terá o efeito imediato de deslocar a curva IS para direita, o que pressionará a taxa de juros para cima. A consequência será uma maior demanda pela moeda nacional com o ingresso de capitais. Esse fato levará a uma valorização da moeda nacional, encarecendo o produto nacional em comparação com o produto estrangeiro, reduzindo-se a demanda e fazendo a IS deslocar-se para a esquerda. Tal situação se manterá até que a curva IS volte à posição original, eliminando a pressão da entrada de capitais no mercado de câmbio. Nesse processo, a taxa de câmbio se valorizou de forma que a queda da demanda externa fosse exatamente igual ao aumento do gasto público, o que torna nulo o resultado final em termos de produto. Portanto, ao final, o resultado da política fiscal expansionista será uma espécie de *crowding-out* (efeito de deslocação), expulsando a demanda externa por meio do movimento da taxa de câmbio, com o nível de renda e a taxa de juros permanecendo as mesmas.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Efeitos da expansão nos gastos públicos sobre a curva IS

- 0 – Não abordou o aspecto ou o fez de forma totalmente incorreta.
- 1 – Mencionou o aspecto, mas não o desenvolveu.
- 2 – Abordou parcialmente, indicando apenas o efeito inicial sobre a curva IS.
- 3 – Abordou, integralmente, o deslocamento da curva IS.

Quesito 2.2 – Implicações sobre a moeda nacional

- 0 – Não abordou o aspecto ou o fez de forma totalmente incorreta.
- 1 – Mencionou o aspecto, mas não o desenvolveu.
- 2 – Desenvolveu o aspecto de forma insuficiente ou desconectada dos demais aspectos.
- 3 – Desenvolveu o aspecto adequadamente, articulando-o com os demais aspectos.

Quesito 2.3 – Resultado final no que se refere a produto/renda

- 0 – Não apresentou o efeito sobre o resultado final da economia.
- 1 – Apresentou o resultado desconectado dos aspectos anteriores.
- 2 – Apresentou conclusão correta e articulada aos demais aspectos abordados, identificando o *crowding-out*.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE MATO GROSSO (AGER/MT)

CARGO 7: ANALISTA REGULADOR – PERFIL: ECONOMIA

Prova Discursiva – Questão 3

Aplicação: 30/4/2023

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

De 2003 ao fim de 2022, a dívida pública brasileira cresceu mais de 500%. De um estoque de pouco menos de R\$ 1 trilhão, ela evoluiu para quase R\$ 6 trilhões, de acordo com dados do Tesouro Nacional. Todavia, a proporção da dívida em relação ao PIB nunca chegou a 80% durante esse período, mesmo com o crescimento dessa proporção em 2020 e 2021, período da pandemia. A dívida pública é diretamente dependente do resultado nominal, que corresponde à diferença entre receitas e despesas do governo em um ano. Ao descontar desse resultado a despesa líquida com pagamento de juros da dívida, chega-se ao resultado primário. Portanto, um superávit primário é a quantidade de recursos poupados pelo governo para o pagamento de juros da dívida.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Conceito de resultado primário e resultado nominal e sua distinção

- 0 – Não apresentou os conceitos.
- 1 – Apresentou apenas um dos conceitos corretamente.
- 2 – Apresentou os dois conceitos corretamente, mas não fez a distinção entre eles.
- 3 – Apresentou os dois conceitos corretamente e fez a distinção entre eles.

Quesito 2.2 – Relação entre o resultado primário e o pagamento dos juros da dívida pública

- 0 – Não estabeleceu a relação entre resultado primário e o pagamento dos juros da dívida pública.
- 1 – Estabeleceu, de modo precário, a relação entre resultado primário e o pagamento dos juros da dívida pública.
- 2 – Estabeleceu, de modo satisfatório, a relação entre resultado primário e o pagamento dos juros da dívida pública.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE MATO GROSSO (AGER/MT)

CARGO 7: ANALISTA REGULADOR – PERFIL: ECONOMIA

Prova Discursiva – Questão 4

Aplicação: 30/4/2023

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Independentemente da situação econômica e financeira da concessionária, se a prestação dos serviços públicos for feita de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, os critérios, os indicadores e os parâmetros definidores da qualidade do serviço, haverá a possibilidade de caducidade do contrato. Nesse sentido, a rescisão contratual seguirá o decurso do processo com base no art. 38, e parágrafos, da Lei n.º 8.987/1995.

A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa (art. 38, § 2.º). Para tanto, a concessionária deverá ser formalmente comunicada e os descumprimentos contratuais deverão ser elencados, dando-lhe um prazo para a correção das falhas e das transgressões apontadas bem como para o devido enquadramento nos termos contratuais (art. 38, § 3.º). Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia (art. 38, § 4.º).

Por fim, de acordo com a legislação vigente (art. 38, § 6.º, da Lei n.º 8.987/1995), declarada a caducidade, não resultará, para o poder concedente, qualquer espécie de responsabilidade em relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Procedimentos cabíveis: (i) comunicação formal à concessionária, com descrição detalhada dos descumprimentos e abertura de prazo para correção de falhas; (ii) processo administrativo para verificar a inadimplência da concessionária, assegurando-lhe a ampla defesa; (iii) declaração da caducidade, após comprovada a inadimplência no processo administrativo, independentemente de indenização prévia.

0 – Não discorreu sobre o procedimento a ser adotado na situação em apreço.

1 – Discorreu, de modo insatisfatório, sobre o procedimento a ser adotado na situação em apreço.

2 – Discorreu corretamente sobre o procedimento a ser adotado na situação em apreço.

Quesito 2.2 – Tipo de rescisão contratual aplicável: caducidade

0 – Não indicou o tipo de rescisão contratual aplicável à situação em apreço ou o fez de forma equivocada.

1 – Indicou corretamente o tipo de rescisão contratual aplicável à situação em apreço.